

POVO LIVRE

QUEREMOS DEVOLVER EM 5 ANOS O TEMPO DE SERVIÇO DOS PROFESSORES

No sábado, no encerramento da conferência “Educação: Encontros sobre o Futuro”, no Porto, que juntou dirigentes escolares e especialistas, o Presidente do PSD anunciou algumas propostas para o “setor”, que está “em crise”

10 PARLAMENTO

PSD pede audição da ministra sobre greves dos oficiais de Justiça

O PSD quer ouvir com urgência no Parlamento a ministra da Justiça, sobre o funcionamento dos tribunais face a sucessivas greves dos oficiais do setor

12 PSD

António Costa governa como um carro em contramão

“O senhor Primeiro-Ministro parecia que estava deslocado do país real”, afirmou o Secretário-geral do PSD, em reação à entrevista de António Costa à CNN Portugal

19 REGIONAIS

Governo dos Açores aprova criação do Modelo Único de Saúde

O Governo açoriano aprovou a aquisição de serviços para a criação do Modelo Único de Saúde e a alocação de 35 milhões de euros para o ordenamento da baía de São Roque do Pico

Só com Educação há esperança no futuro

Há, pelo menos, um ano que se vive este clima de instabilidade social nas escolas e, até ao momento, não se vislumbra o seu fim.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Tenho com a Educação uma relação umbilical. O meu percurso profissional e o meu serviço à Causa Pública estão profundamente ligados a esta área, que considero como o alicerce de uma sociedade verdadeiramente democrática, cultural e socialmente evoluída, economicamente desenvolvida e sustentável.

Compreenderão, portanto, a profunda apreensão perante o estado atual da Educação no nosso país. Nos contactos diários que tenho com os diretores, os professores, os assistentes operacionais, os alunos, os pais, as famílias, todos expressam preocupação e um desgaste crescente.

Tendemos a esquecer-nos que, não há muito tempo, as nossas comunidades educativas foram confrontadas com um cenário distópico que desregulou o sistema durante dois anos letivos consecutivos e cujo impacto, na verdade, ainda está por mensurar em toda a sua dimensão. Quando, após esse longo período pandémico, esperávamos ter as condições para reerguermos o sistema de ensino, emergiu o descontentamento crescente dos professores e demais profissionais de Educação ao qual, objetiva e comprovadamente, o Governo não tem sabido dar resposta.

Há, pelo menos, um ano que se vive este clima de instabilidade social nas escolas e, até ao momento, não se vislumbra o seu fim. De proposta em proposta, o Governo demonstra insensibilidade, distanciamento e, pior, total falta de pensamento estratégico para uma área tão fundamental para o desenvolvimento de Portugal.



A par dos problemas relacionados com a carreira docente, da falta de professores e dos inúmeros sacrifícios a que são sujeitos muitos milhares destes profissionais, acresce o facto de Portugal apresentar um dos valores mais baixos da União Europeia de investimento por aluno (30% abaixo da média), de ter uma falsa oferta universal do pré-escolar, de apresentar uma sofrível melhoria das condições físicas das escolas, uma ação social escolar deficitária.

Daí a relevância da iniciativa do PSD, realizada no passado fim de semana, dedicada à Educação, e na qual participaram várias personalidades relevantes para o setor.

Com o título “EDUCAÇÃO – Propostas Urgentes para um Setor em Crise”, apresentaram-se propostas concretas, previamente estudadas e exequíveis relacionadas com a universalidade do pré-escolar, a revisão dos valores investidos por criança, o trabalho em rede com os municípios, a recuperação das aprendizagens perdidas durante a pandemia, o reforço da ação social escolar, a recuperação do tempo de serviço dos professores, o apoio aos professores deslocados, entre tantos outros objetivos que urge concretizar em benefício das nossas escolas.

Assim se constrói alternativa séria e de confiança: com estudo, com capacidade de trabalho, com visão de futuro. E com a esperança de um país melhor.

FALTA DE PROFESSORES

GOVERNO TAPA O SOL COM A PENEIRA EM VEZ DE RESOLVER O PROBLEMA



LUÍS MONTENEGRO VOLTA A APELAR AO GOVERNO PARA QUE RESOLVA DE VEZ OS “PROBLEMAS ESTRUTURAIS” DO ENSINO PÚBLICO, EM PARTICULAR A FALTA DE DOCENTES NAS ESCOLAS.



“Não vale a pena tapar o sol com a peneira, porque nada melhor que a espontaneidade dos alunos para nos transmitirem o que sentem”, afirmou, após visitar a Escola Secundária Rainha Dona Amélia, em Lisboa.

Na quinta-feira, 28 de setembro, no segundo dia dedicado à Educação, o Presidente do PSD apontou as carências no corpo docente neste início de ano letivo, quando se sabe que cerca de 100 mil alunos não têm professor pelo menos a uma disciplina.

“O problema está acima da vontade e da dedicação do corpo docente e de todos os demais trabalhadores

da escola, está na falta de professores, na falta de capacidade do Governo de resolver este problema crescente”, sublinhou, precisando que no caso deste estabelecimento de ensino “há alunos sem professor a seis, sete disciplinas”.

Luís Montenegro lembra que “há coisas mais estruturais a fazer, como seja atrair jovens para a via do ensino nas universidades para se formarem mais professores, valorizar a carreira do professor, dar qualidade, exigência e autoridade à sua tarefa”.

O líder do PSD elogiou ainda o bom exemplo da Câmara de Lisboa, no “auxílio de pagamento de rendas para aqueles professores que têm

uma taxa de esforço no acesso à habitação que supera os 30% do seu rendimento”. “É uma política municipal que pode ser estendida a todos os professores e, naturalmente, coordenada pelo Governo”, frisou.

No arranque da semana do PSD dedicada à Educação, Luís Montenegro recebeu as Organizações Sindicais de Professores e Educadores (ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE e SPLIU) na sede nacional.

De seguida, a direção do PSD recebeu a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP).





”

Há coisas mais estruturais a fazer, como seja valorizar a carreira de professor

Luís Montenegro



Ensino profissional

UM “BOM EXEMPLO” PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS EMPRESAS



Em Pombal, após visitar a Escola Tecnológica, Artística e Profissional (ETAP), dia 29, o líder do PSD elogiou o ensino português na vertente profissional. “Esta aposta no ensino profissional e a interação com as empresas é um exemplo muito bom daquilo que podemos fazer em Portugal, não só para dar projetos de vida e bem-estar a estes jovens, nomeadamente com saídas profissionais que o mercado de trabalho oferece e não a empurrá-los para áreas de formação que não têm saídas profissionais, como também podemos apetrechar as nossas empresas dos recursos humanos que vão faltando”, disse.

Nesse sentido, instou o Governo a “não descurar o apoio às escolas profissionais” e reiterou que a aposta no ensino profissional e a interação com as empresas, como é exemplo a ETAP, é uma forma de “apetrechar as empresas dos recursos humanos que vão faltando”, assim como nas “entidades públicas, como as autarquias locais”.

No início da declaração, Luís Montenegro criticou a “incompetência pura” e a “dificuldade sistémica” do Governo em programar o ano escolar com normalidade, como acontece com a falta de professores nas escolas para 100 mil alunos.

DESCENTRALIZAÇÃO: GOVERNO TRATA AS AUTARQUIAS COMO “TAPA BURACOS”

Luís Montenegro considera que o processo de descentralização do Executivo atribui “a função de tapa buracos do dia a dia” às autarquias, mas não lhe dá as contrapartidas devidas.

“É preciso chamar a atenção para o processo de descentralização, que atribui responsabilidades às autarquias locais, que ficam muito aquém daquilo que era desejável, para que o sistema seja mais eficiente e, apesar de serem mais tarefas do que competências, têm mais a função de tapar os buracos do dia a dia do que atuar do ponto de vista estrutural no sistema”, afirmou.

O Presidente do PSD lamentou a



”

Este processo de descentralização não está a correr bem

Luís Montenegro

ausência de “contrapartidas financeiras necessárias para que as autarquias promovam até esses trabalhos”.

“Este processo de descentralização não está a correr bem. Basicamente, o que o Governo quis fazer, na prática, foi transferir o balcão de queixas sobre os equipamentos de ensino para as câmaras municipais. (...) Tudo aquilo que é preciso fazer do ponto de vista físico e até do ponto de vista da contratação de alguns recursos humanos, em vez de ser o Ministério da Educação a responder, o Governo quer que sejam as câmaras municipais a dar essa resposta”, frisou.

Sublinhando que os autarcas têm demonstrado disponibilidade para assumir as suas responsabilidades, Luís Montenegro garantiu: “em Portugal, as câmaras municipais, normalmente gastam um terço do dinheiro que é despendido pela administração central para ter o mesmo resultado, o que significa que têm maior eficácia”.

A este propósito, Hélder Sousa Silva, que acompanhou o líder do PSD nesta deslocação, apontou como questões críticas “os rácios de pessoal, a questão dos transportes, particularmente dos alunos com necessidades especiais, a questão do valor das atividades de enriquecimento curricular com valores de



2008” e os “valores das refeições escolares com valores de 2005”.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra admitiu ainda que os autarcas estão disponíveis em colaborar com o alojamento para pro-

fessores, forças de segurança e até militares. “Senhor Primeiro-Ministro fale connosco, porque esse caminho seria virtuoso para Portugal”, concluiu o também Presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD).

QUEREMOS DEVOLVER EM 5 ANOS O TEMPO DE SERVIÇO DOS PROFESSORES



Luís Montenegro defende o pagamento faseado por cinco anos do tempo integral de serviço dos professores, atribuindo 20% em cada ano.

“Governar é escolher e eu assumo esta escolha. (...) Esta medida é compatível com uma gestão rigorosa das finanças públicas”, assegurou.

Este sábado, no encerramento da conferência “Educação: Encontros sobre o Futuro”, no Porto, que juntou dirigentes escolares e especialistas, o Presidente do PSD anunciou algumas propostas para este “setor em crise”.

“Portugal vive hoje vários dramas neste setor e não consegue encontrar, no Governo, resposta”, insistiu Luís Montenegro, acrescentando que as críticas devem ser apontadas “ao Costa, não só ao João [ministro da Educação], mas ao António [primeiro-ministro]”.

Além da intenção de recuperar o tempo de serviço dos professores de forma faseada em cinco anos “a um ritmo de 20% em cada ano”, o líder do PSD revelou, sobre esta matéria, que vai solicitar à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) e ao Conselho de Finanças Públicas o cálculo exato do impacto orçamental da recuperação do tempo de serviço, adiantando que, depois de ouvir os representantes dos professores, “pode estimar-se um impacto de 250 a 300 milhões de euros”.

Lembrando que tanto na Região Autónoma dos Açores como na Região Autónoma da Madeira, o pagamento do serviço prestado pelos docentes já está em vigor, o líder do PSD lamentou “a falta de resultados, de mudança e de transformação de quem governa há oito anos”. “O melhor é mesmo mudar de governo o quanto antes”, apelou.

“Estando a escola doente, o sistema





democrático também está doente. Uma sociedade justa tem na escola um alicerce”, apontou.

Para os professores, Luís Montenegro propõe ainda a dedução, em sede de IRS, das despesas daqueles que encontram deslocados a mais de 70 quilómetros da área de residência.

Garantir a universalidade do pré-escolar até ao final da legislatura, rever o sistema de comparticipações pelo Estado e contratualizar com os municípios o alargamento da resposta pública são as três propostas do PSD para este grau de ensino.

No âmbito da ação social escolar, Luís Montenegro defende que é essencial ampliar a abrangência dos beneficiários dos escalões, aumentar os valores de comparticipação

do material escolar e automatizar a atribuição da bolsa de mérito.

No entender de Luís Montenegro, a função do PSD é continuar a “ser fiscalizador da ação do Governo” e, “com capacidade de ouvir”, construir “políticas mobilizadoras” “de reforma”, para dar “qualidade de vida aos nossos cidadãos”.

Numa intervenção de 40 minutos, Luís Montenegro enfatizou que é preciso “governar o País com coragem”. “Reformar a educação é também criar condições para termos mais crescimento económico nos próximos anos. É assim que se põe o país a crescer. É na educação, vai ser na saúde, é na habitação, é nas políticas a imigração, governar o país com a coragem de mudar”, ressaltou.



EDUCAÇÃO: ENCONTROS SOBRE O FUTURO

Antecedida por uma reunião de trabalho do Conselho Estratégico Nacional (CEN) do PSD na área da educação, no Porto, esta conferência debateu temas como o pré-escolar, os novos modelos de ensino ou o que é hoje “Ser Professor”, contando entre os oradores, com o secretário-geral da Federação Nacional de Educação (FNE), Pedro Barreiros, os investigadores e docentes universitários Susana Peralta e Pedro Freitas, o antigo conselheiro do Conselho Nacional de Educação Alexandre Homem Cristo, Sónia Soares Lopes, diretora de Agrupamento de Escolas, Vânia Neto, do CEN-Educação do PSD, Pedro Santa Clara, Fundador da 42 Lisboa, Carlos Oliveira, Presidente Executivo da Fundação José Neves, Ana Gabriela Cabilhas, do CEN-Educação, Miguel Herdade, diretor associado no Ambition Institute, e Pedro Duarte, Presidente do CEN.

PSD PEDE AUDIÇÃO DA MINISTRA SOBRE GREVES DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

O PSD quer ouvir com urgência no parlamento a ministra da Justiça sobre o funcionamento dos tribunais face a sucessivas greves dos oficiais do setor, e sobre a proposta do Governo para revisão do estatuto destes profissionais.

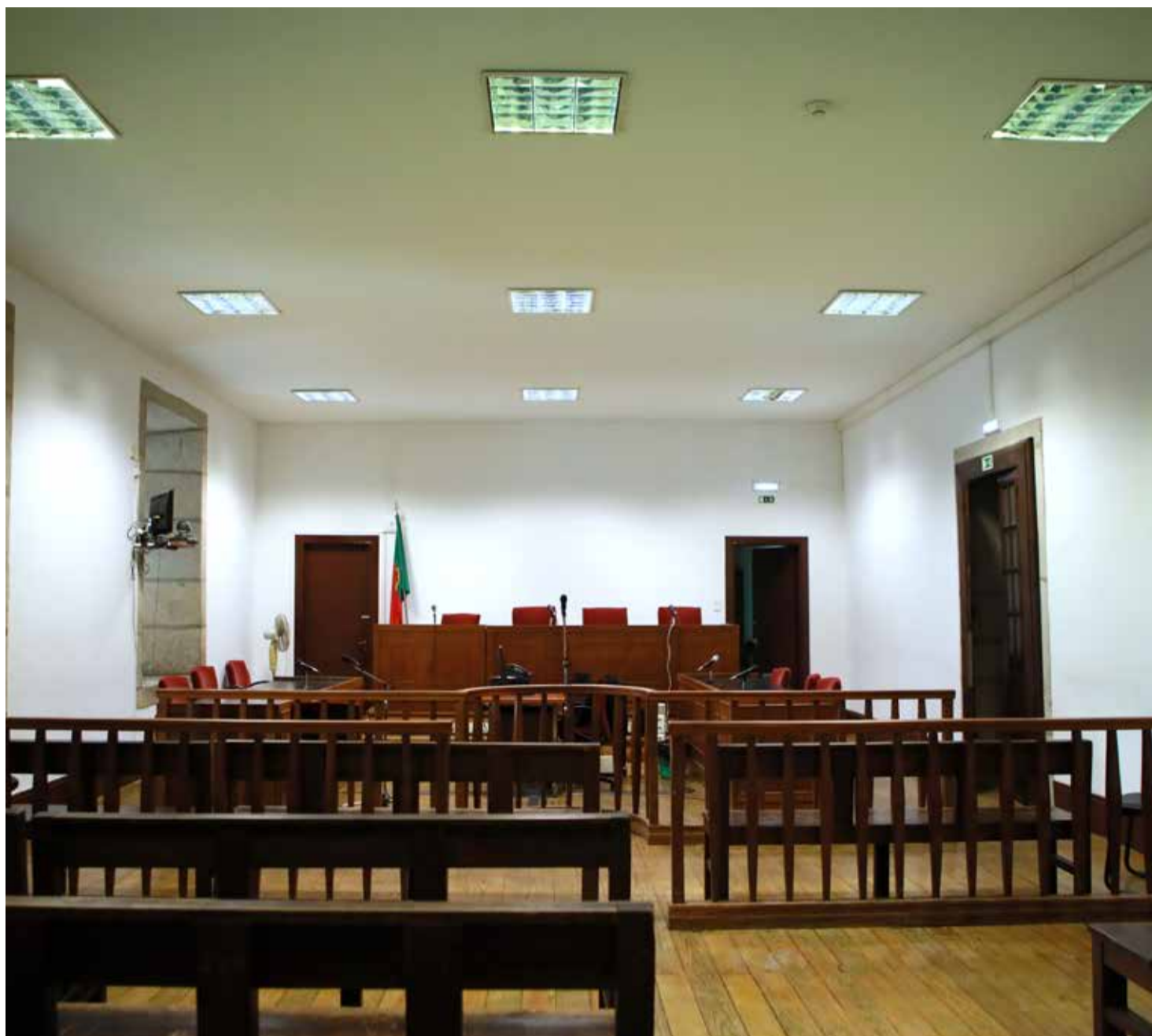
Num requerimento dirigido ao presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, os deputados do PSD consideram que se impõe ouvir na Assembleia da República, “com a maior brevidade possível”, a ministra Catarina Sarmento e Castro.

A bancada quer questionar a governante socialista sobre “a paralisação que tem afetado, nos últimos meses, o funcionamento dos tribunais, em consequência das sucessivas greves dos oficiais de justiça, e sobre a forma como planeia recuperar os atrasos daí decorrentes, devendo ainda esclarecer em que medida é que o novo projeto de Estatuto dos Funcionários de Justiça permitirá o retomar da normalidade no funcionamento dos tribunais”.

O PSD lembra que os sindicatos recebem na segunda-feira a proposta do executivo para revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais, esperando que, “desta vez, o Governo cumpra o prometido”.

“E, sobretudo, apresente aos oficiais de justiça uma revisão estatutária que valorize as suas carreiras e dignifique esta classe profissional, mostrando abertura negocial para que haja pacificação social nesta área e os tribunais possam finalmente retomar o seu normal funcionamento”, apelam.

O Grupo Parlamentar do PSD salienta no requerimento que “desde



janeiro deste ano que os oficiais de justiça estão em sucessivas greves, reivindicando a resolução de vários problemas que os afetam e que há muito estão por resolver”, entre eles a revisão do estatuto “e a integração, sem perda salarial, do subsídio de recuperação processual no respetivo vencimento, que são pretensões justas, legítimas e merecedoras da máxima atenção por parte do Governo”.

“Todavia, a absoluta incapacidade do Governo em lidar com estas greves,

nomeadamente impondo extemporaneamente a fixação de serviços mínimos, o que já veio a ser declarado ilegal em recente Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, tem gerado um autêntico caos no funcionamento dos tribunais, uma vez que já levou ao adiamento de mais de 100 mil diligências e mais de cinco milhões de atos processuais”, lê-se no texto.

Os sociais-democratas consideram que “há muito que não se via um

clima de crispação tão prolongado, que dura há meses, com o Governo a ignorar e a arrastar no tempo, de forma incompreensível e injustificável, questões que há muito já poderiam estar resolvidas com esta classe profissional”.

“Com a sua persistente inação e adiamento da resolução dos problemas, recai sobre o Governo a exclusiva responsabilidade pela paralisação a que se assiste, nestes últimos meses, nos tribunais”, acusam.

PSD DEFENDE ATENDIMENTO PRESENCIAL EM TODOS OS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O PSD apresentou um projeto-lei para garantir o atendimento presencial em todos os organismos e serviços da administração pública, questionando a legalidade de se manterem em alguns destes o agendamento prévio e obrigatório.



No diploma entregue no parlamento, os sociais-democratas defendem que os cidadãos e as empresas “têm o direito de aceder livremente e sem discriminação aos seus serviços”, mas aponta que “são conhecidos numerosos relatos relativos a diversos serviços e organismos da Administração Pública que mantêm a exigência de agendamento prévio e obrigatório para realização de atendimento ao cidadão”.

“Infelizmente, para tratar de questões essenciais à sua vida, o cidadão, quando se desloca aos serviços para ser atendido, ‘esbarra’ muitas vezes com a impossibilidade de atendimento e com a obrigação de agendar a resolução do seu problema para os dias, semanas, ou meses seguintes. Sendo, ainda, confrontado, muitas vezes, com a necessida-

de de ter de se deslocar pelo país, por forma a aceder ao serviço que tem vaga mais cedo”, criticam.

Para o PSD, a situação atual prolonga “em tempos de normalidade regras de atendimento excecionais que vigoraram durante um período excepcional: o período da pandemia de covid-19 e que eram legalmente justificadas por força do estado de emergência”.

“Ora, o estado de emergência cessou a 30 de abril de 2021 e o estado de alerta que se seguiu, cessou a 30 de setembro, sendo a persistência destas restrições completamente injustificada”, referem os deputados do PSD, dizendo até desconhecer “a habilitação legal para a manutenção destas regras”.

“Acréscimo que uma parte muito sig-

nificativa da população portuguesa não tem acesso aos serviços digitais, pelo que se revela anacrónica e desligada da realidade uma quase exclusiva dependência dos canais digitais para efetuar agendamentos em muitos organismos e serviços públicos”, acrescentam.

O PSD considera que estas regras prejudicam os direitos e interesses dos cidadãos “afetando sobretudo os mais vulneráveis e desprotegidos - os idosos, os imigrantes, os que não têm acesso ou conhecimento de meios digitais, os que estão no interior e mais distantes dos serviços”, e promovem a imagem de uma Administração Pública “distante e inacessível”.

“Por último, não se percebe porque é que estas regras de atendimen-

to variam, de serviço para serviço, não existindo previsibilidade, coerência e uniformidade na resposta ao cidadão, o que é demonstrativo de uma desorientação e desregulação evidente no que diz respeito ao funcionamento de serviços que são essenciais às pessoas”, consideram.

Para o Grupo Parlamentar do PSD, “é urgente alterar esta situação e garantir, o direito do cidadão ao atendimento presencial e espontâneo nos serviços e organismos da Administração Pública, sem entraves ou obstáculos”.

O projeto-lei estipula ainda que “todos os serviços e organismos da Administração Pública, elaboram relatórios de diagnóstico mensal, com vista a gerir e otimizar as filas de espera de atendimento presencial”.

ANTÓNIO COSTA GOVERNA COMO UM CARRO EM CONTRAMÃO

Hugo Soares acusa o Primeiro-Ministro de estar “deslocado, descolado das preocupações” dos portugueses.

“Esta entrevista foi uma espécie de carro em contramão numa autoestrada. O senhor Primeiro-Ministro parecia que estava deslocado do país real”, afirmou o Secretário-geral do PSD, em reação à entrevista de António Costa à CNN Portugal.

Hugo Soares reafirmou a visão do PSD para a educação em Portugal, centrada na “autoridade dos professores”, ao contrário da “visão do Primeiro-Ministro, que ontem voltou a rejeitar a recuperação do tempo integral dos professores e levantou como questão magna da educação o uso do telemóvel”. “Não falou sobre os alunos que não têm professores, sobre os pais que levam os filhos às escolas sem saberem se têm aulas”, assinalou.

O Secretário-geral do PSD defende a recuperação da “carreira integral dos professores” ao longo de cinco anos, uma proposta apresentada por Luís Montenegro, que “é séria e credível, tem em conta a saúde das finanças públicas”.

“Há um Primeiro-Ministro e há um país. Com este Primeiro-Ministro não há nada, há gestão do dia a dia. (...) O que não está bem é os desmandos que nos levam à bancarrota e que o PS nos habituou. (...) Ontem, o Primeiro-Ministro disse que não é o Primeiro-Ministro dos médicos, dos professores, chegou até dizer que não era o Primeiro-Ministro dos jornalistas. Só que os médicos, os professores, as forças de segurança, os oficiais de justiça são portugueses que precisam de ver resolvidos os seus problemas”, salientou.



PSD ACUSA GOVERNO DE NEGLIGENCIAR O ALTO MINHO

A distrital do PSD de Viana do Castelo acusou o Governo de “negligenciar”, mais uma vez, a região ao deixar de fora a A28 da redução de 30% nas portagens de várias ex-SCUT (Sem Custos para o Utilizador).

“A A28 acabou por ficar de fora desta medida, mas esquece-se o Governo socialista que o Alto Minho tem estado a ser constantemente penalizado com a aplicação de portagens nesta via tão importante para o desenvolvimento do distrito”, adianta em comunicado a distrital do PSD, presidida por Olegário Gonçalves.

O PSD do distrito de Viana do Castelo destaca que “há anos que as empresas e as pessoas reivindicam quer a descida do preço das portagens, quer a retirada do pórtico do Neiva, situado junto à zona industrial de Neiva”.

“É inadmissível que a A28 tenha ficado de fora desta medida. O Governo socialista esquece-se sempre dos territórios mais pobres, com mais dificuldades e aos quais, todos os dias, é exigido um esforço extra para conseguirem alcançar um patamar de

estabilidade semelhante ao de outras regiões do país”, sustenta a nota.

Para o PSD, o Governo “continua a atirar areia para os olhos dos portugueses com medidas paliativas, que só empurram o problema para a frente”.

“Vemos isso na educação, vemos isso na justiça, vemos isso na gestão do processo da TAP e continuamos a ver isso nas soluções remendadas que encontram para fazer face ao valor absurdo que os portugueses deixam na estrada quando precisam circular nestas vias, até por falta de alternativas”, referiu o presidente da comissão política do PSD do Alto Minho, Olegário Gonçalves, citado na nota.

Segundo Olegário Gonçalves, “fica sempre muito bem atirar números vistosos, tentando iludir os portugueses com reduções que não resolvem

nada e ainda por cima, nem sequer consideram o país todo por igual, ou pelo menos as regiões mais desfavorecidas”.

“Mais uma vez, o Alto Minho fica de fora das decisões do Governo de António Costa. Até quero ver o que vão dizer os socialistas do distrito sobre esta decisão de excluir da A28 desta medida”, observou.

O Governo anunciou que os veículos de classe 1 vão beneficiar de uma redução de 30% nas portagens em algumas ex-SCUT (Portagens Sem Custos para o Utilizador), entre as quais a A22 (Via do Infante/Algarve), a A23 (Beira Interior), a A24 (Interior Norte), a A25 (Beiras Litoral e Alta), a A4 (Túnel do Marão), a A13 e A13-1 (Pinhal Interior), a partir de janeiro de 2024.





PSD DO PORTO ACUSA MAI DE FUGIR ÀS RESPONSABILIDADES

A Concelhia do PSD do Porto acusa o ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, de se “esconder atrás da secretária de Estado” e de fugir às suas responsabilidades relativamente à falta de efetivos da PSP na cidade.

Em comunicado, o PSD salienta que, na quarta-feira, dia 27 de setembro, o ministro foi substituído na audição parlamentar pela secretária de Estado, Isabel Oneto, “com o argumento infeliz de que ela seria do Porto”.

O PSD do Porto insta “o Governo a assumir as suas responsabilidades criando condições para a reposição urgente dos efetivos [policiais] em falta na cidade do Porto”.

No dia 7 de julho, o PSD solicitou a audição no Parlamento ministro

da Administração Interna, sobre os problemas de falta de segurança e tráfico de droga no Porto, que tornaram evidente a falta de capacidade operacional da PSP para acorrer às situações de criminalidade existentes na cidade.

Acontece que o “ministro José Luís Carneiro não compareceu perante o Parlamento, tendo-se feito substituir nesta audição pela sua Secretária de Estado, com o argumento infeliz de que ela seria do Porto”.

Na audição de 28 de setembro, os deputados do PSD não tiveram a oportunidade de ouvir as explicações do ministro face às questões de segurança vividas na cidade do Porto, que resultam das “cativações” e da incompetência na resolução dos problemas, por parte do Governo e que se traduzem numa

redução efetiva de meios e de recursos das forças policiais, colocando em causa a óbvia proteção de pessoas e bens.

Além do “número insuficiente” de efetivos, o PSD do Porto salienta que faltam às forças policiais viaturas “em condições de operacionalidade”.

“Esta incapacidade para gerir a redução de efetivos, é ainda mais grave quando esta decorre do fator completamente previsível que é a aposentação do corpo de agentes, bastando um correto planeamento para garantir a renovação do efetivo. A situação só não é mais crítica devido ao profissionalismo do efetivo da PSP. Para além do número insuficiente de efetivos, faltam à PSP do Porto outros recursos, designadamente viaturas em condições de

operacionalidade. Apesar desta situação estar a ser minimizada pela Câmara Municipal do Porto com a cedência de carros à PSP e com a instalação da videovigilância em vários locais da cidade”, acusou a Secção presidida por Alberto Machado.

Dado que “o ministro da Administração Interna não quis dar a cara perante a situação que se vive na cidade do Porto, o PSD apela ao Primeiro-Ministro, responsável pela coordenação do Governo, que sejam criadas condições para a formação urgente de novos efetivos policiais, melhorando as suas condições de trabalho e de exercício da sua função, de forma a assegurar a legalidade democrática, garantir a Segurança Interna e os direitos dos cidadãos”.

PAMPILHOSA DA SERRA CRIA REDE DE MIRADOUROS

A Câmara da Pampilhosa da Serra vai implementar o projeto Horizonte 800+, constituído por uma rede de miradouros acima dos 800 metros de altitude, que pretende conciliar o crescimento turístico com a proteção ambiental.

Em comunicado, aquele município do interior distrito de Coimbra adianta que os Penedos da Peça, inaugurados a 12 de agosto na aldeia das Meãs, vão ser o primeiro local identificado e devidamente preparado para integrar o “roteiro” concelhio.

O vereador Rui Simão, citado na nota, salienta que a intenção da autarquia é “propor às pessoas que vivem na azáfama lá em baixo que possam elevar o corpo, a mente e o espírito até locais que desconhecem e permitem uma desmedida amplitude visual”, como a que se avista a partir dos Penedos da Peça, a 890 metros de altitude.

“Estes sítios permitem um nível de intimismo, de relação com a natureza e com aquilo que é o nosso território que é profundamente serrano. É uma forma de desafiarmos a perceção daqueles que procuram lugares únicos e singulares, paz de espírito, desaceleração e tranquilidade em contacto pleno com a natureza”, sublinha o autarca responsável pelo pelouro do turismo.

Segundo o vereador, a oferta em Pampilhosa da Serra está “ancorada no centro da natureza”, com diversas propostas “desde o turismo mais ativo ligado à prática desportiva até uma dimensão mais imersiva, contemplativa e multissensorial”.



Rui Simão refere que elementos como as praias fluviais, o céu estreitado, o espírito de aldeia e a convivialidade, bem como os monumentos naturais e geológicos, foram destacados “como ativos diferenciadores que, no território, assumem uma qualidade distinta”.

No Dia Mundial do Turismo, o autarca venceu que a oferta de parceiros de alojamento e o número de dormidas tem vindo a aumentar, sendo que, em 2022, foram inscritas mais

de seis mil dormidas no Turismo de Portugal.

“Em Pampilhosa da Serra, o setor do turismo é vibrante e ativo. As nossas comunidades gostam da vida que o turismo traz e os turistas encontram emoções positivas e saem daqui mais felizes e mais conscientes daquilo que é a vida no interior, ao descobrirem um bastião da cultura popular e serrana em Portugal, reforçou.



Pampilhosa da Serra está ancorada no centro da natureza



CÂMARA DO CARTAXO PRETENDE SAIR DA RUTURA FINANCEIRA NO CURTO PRAZO

O Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo espera que “num prazo de um, dois anos” o município possa sair da rutura financeira e que a renegociação do plano de ajustamento contribua para deixar a situação de desequilíbrio na próxima década.

“Contamos num prazo de um, dois anos sair da situação de rutura, é um objetivo que temos, mas para que possamos sair da situação de desequilíbrio ainda vai demorar um pouco mais, mas esperamos que na próxima década se possa sair dessa situação”, afirmou João Heitor (PSD).

O autarca falava na sequência da divulgação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, em Lisboa, que coloca o Cartaxo, no distrito de Santarém, em quarto lugar na lista dos municípios que excederam em 2021 o limite de dívida total permitido por lei.

“Temos a capacidade e a possibilidade de vir a renegociar este plano em

breve, mas o que é fundamental é que se cumpram as regras do plano e aquilo que foi acordado”, acrescentou João Heitor.

O anuário é relativo ao desempenho municipal em 2022, mas os resultados sobre o endividamento total autárquico referem-se a 2021 porque os autores passaram a utilizar como fonte de dados para esta análise o Mapa da Evolução do Endividamento Total por Município, da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que não foi disponibilizado a tempo. O estudo anual, promovido pela Ordem dos Contabilistas Certificados, tem calculado o limite da dívida total dos municípios a partir de dados do Tribunal de Contas, que consideram apenas o setor autárquico em sentido restrito.

“É uma grande limitação que nós temos à gestão, e há muita coisa que acabamos por não conseguir fazer por via de estarmos em rutura financeira”, admitiu João Heitor,

acrescentando que, devido a uma dívida “muito grande, que resultou de muitos anos de uma gestão que não acautelou o futuro”, o município está “a sofrer bastante” porque não consegue “dar a melhor resposta” aos municípios.

No entanto, o social-democrata considerou que o executivo camarário não pode “baixar os braços” e tem de fazer o melhor que consegue “com os recursos” disponíveis, com vista a proporcionar “mais qualidade de vida” à população.

Apesar das limitações, financeiras, mas também de recursos humanos para “concretizar projetos” e “criar dinâmicas”, de modo “a refletir essa situação o menos possível” nos municípios, João Heitor explicou que, debaixo da intervenção do Fundo de Apoio Municipal (FAM), e do plano de ajustamento municipal em curso, o município tem vindo a cumprir o “serviço da dívida” e as restantes obrigações, nomeadamente com

fornecedores.

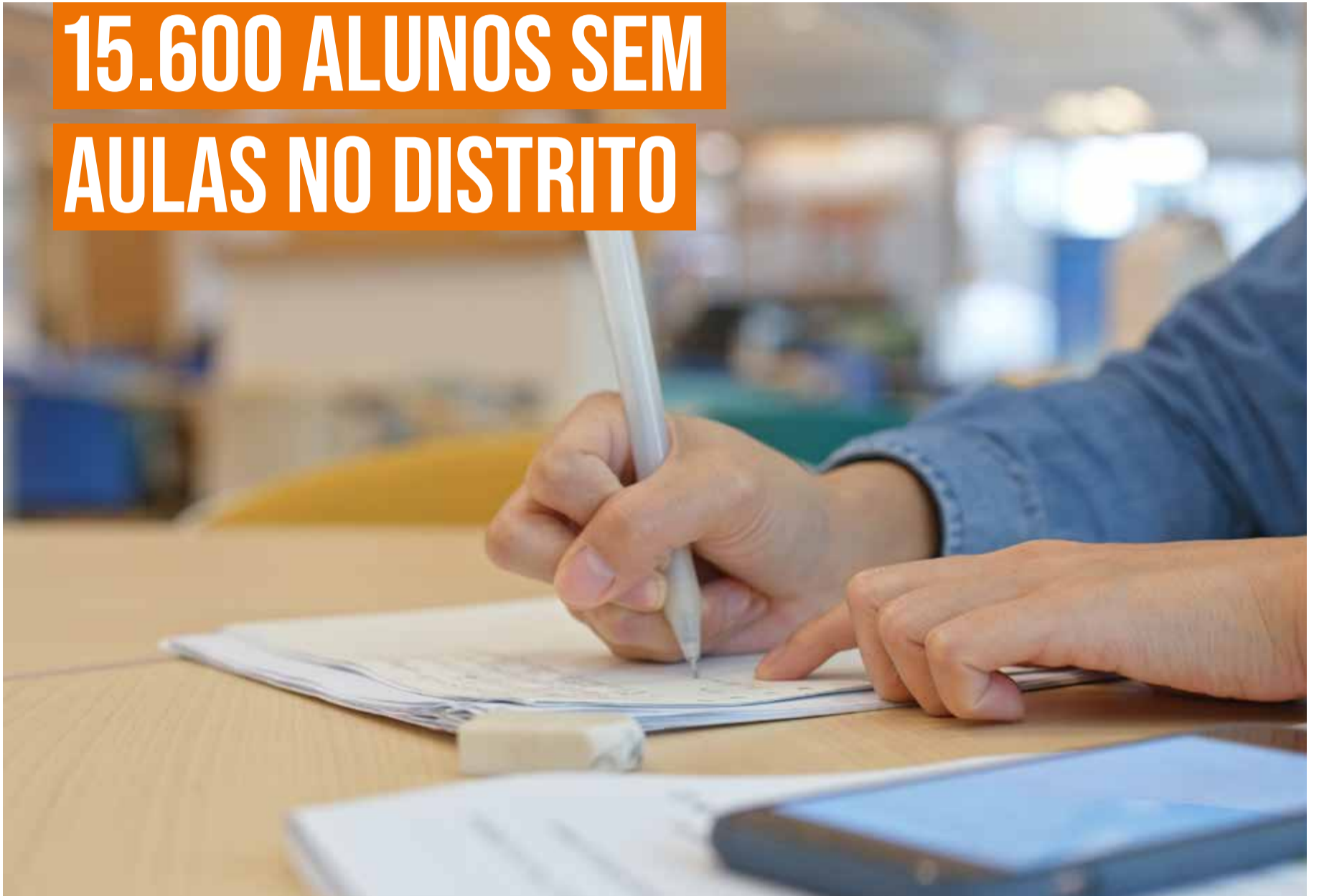
O Presidente da Câmara do Cartaxo avançou que o município tem um plano com “um prazo de dívida a 35 anos” e que tem “cuidado com as decisões” com implicações no presente e no futuro.

“Todos os passos que damos, todas as aquisições e compromissos que assumimos têm que ter um compromisso de sustentabilidade e ter também, em toda a linha, uma ponderação muito séria entre aquilo que é o custo e o benefício à comunidade”, conclui João Heitor.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (CICF/IPCA) e do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho, e conta com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e do Tribunal de Contas.

PSD DE SETÚBAL PREOCUPADO COM OS

15.600 ALUNOS SEM AULAS NO DISTRITO



A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD acompanha com muita preocupação o início do ano letivo no distrito de Setúbal. Terminada a primeira semana de aulas, constata-se que ainda existem cerca de 15.600 alunos no distrito de Setúbal sem terem aulas em todas as disciplinas. Lamentável, preocupante e indesculpável.

“A escassez de professores, que se tem agudizado todos os anos, implica que fiquem centenas de horários por preencher no distrito, num fenómeno nacional que é particularmente grave no distrito de Setúbal. De ano para ano, a situação agrava-se nas escolas do distrito, o que resulta da incapacidade do Governo e do Ministério da Educação em resolver este problema”, referiu

em comunicado.

De acordo com a Distrital, presidida por Paulo Ribeiro, “oito anos de governação socialista têm conduzido a uma degradação do ensino público em Portugal, e consequentemente no nosso distrito, sendo cada vez maior o número de alunos sem aulas.” “O PSD Distrital de Setúbal considera fundamental que o Governo valorize a carreira dos professores, garanta melhores condições para o exercício da sua profissão e encontre respostas para o problema grave de falta de docentes. Lamentamos que o atual Ministro da Educação, que faz parte da equipa governativa socialista há oito anos, não encontre soluções, constituindo-se cada vez mais como um fator de instabilidade do nosso sistema de ensino.

Neste período, o Governo foi incapaz de solucionar, antes agravou, vários problemas do sistema educativo português. Desde logo a falta de docentes, consequência do seu envelhecimento, e, ainda, a falta de atratividade de uma carreira que tem sido pouco valorizada”, apontaram.

A Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD exige, por isso, ao Governo “a colocação urgente dos professores em falta no distrito de Setúbal, para não deixar estes cerca de 15.600 jovens sem aulas, sendo fundamental encetar esforços de forma a criar incentivos salariais e fiscais para a fixação de docentes em zonas onde há falta de professores, como é o caso do distrito de Setúbal, sem descurar as habilitações adequadas para a docência”.

PETIÇÃO A EXIGIR NOVO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE ENTREGUE NA AR

Uma petição a exigir a construção do novo Hospital Central do Algarve (HCA), com cerca de 10 mil assinaturas, foi entregue na Assembleia da República (AR), informou o autor e primeiro subscritor, Cristóvão Norte.

“A concretização de um novo Hospital Central do Algarve constitui uma incontroversa necessidade para a região. Incontroversa porque, desde 2003, todos os governos, sem exceção, partidos, deputados, autarcas, ordens, sindicatos, entre outros, sublinharam que se trata de uma infraestrutura fundamental”, venceu o também Presidente da Assembleia Municipal de Faro.

Para ex-deputado à Assembleia da República entre 2011 e 2022, pelo PSD, o Algarve precisa de “uma infraestrutura hospitalar moderna que providencie maior diferenciação dos cuidados médicos e que promova a fixação de recursos humanos na re-

gião”, constituindo-se não só como “imperativo social”, mas também económico.

Cristóvão Norte considera ainda que a constituição de uma equipa técnica para o lançamento da obra a concurso e de uma comissão de acompanhamento do processo, anunciadas em janeiro pelo ministro da Saúde, Manuel Pizarro, é um “primeiro passo” a partir do qual não se “pode voltar atrás”, tendo recordado os anteriores lançamentos da primeira pedra sem sequência.

Convencido de que o acesso à saúde no Algarve é péssimo, o presidente da Assembleia Municipal de Faro refere ainda que o curso de medicina da Universidade do Algarve “corre riscos” sem o HCA e que é preciso melhorar a articulação com os cuidados primários e com as instituições privadas e particulares, caso a edificação do hospital avance.

Intitulada “Novo Hospital Central do Algarve já”, a petição vinca que um estudo encomendado em 2005 pelo Governo referenciou o HCA como o segundo classificado no ordenamento das prioridades para a construção de novas unidades hospitalares.

Depois de se ter realizado a apresentação pública do projeto e lançado o concurso, em 2008, e de se ter suspenso esse processo e os de outros hospitais em 2011, na sequência da intervenção da ‘troika’ em Portugal, o Governo de António Costa incluiu uma “nova geração de hospitais” no Orçamento do Estado de 2017.

Esse documento incluiu o Hospital de Todos os Santos (Lisboa), que fora definido como o mais prioritário no estudo de 2005, o do Seixal, terceiro classificado, e o de Évora, quarto, mas não o HCA, com o autor

da petição a vincar que não foi dada “qualquer justificação para a decisão de excluir o novo Hospital do Algarve da lista de prioridades”.

Segundo o documento, a decisão de não incluir o HCA no Orçamento do Estado para 2017, é incompreensível por não ter “fundamento técnico” e por contrariar a presunção de que o Algarve tem “prioridade de intervenção no domínio hospitalar”.

O adiamento do HCA “desconsidera a importância de um novo hospital para atrair e fixar recursos humanos, em particular médicos de especialidades de que a região padece de modo crónico”, “coloca a região perante uma maior dependência de outros hospitais, designadamente situados em Lisboa” e “contraria a aposta do ensino de medicina na Universidade do Algarve”, que “carece de um centro académico de excelência”, acrescenta a petição.



GOVERNO DOS AÇORES APROVA CRIAÇÃO DO

MODELO ÚNICO DE SAÚDE



O Governo açoriano aprovou a aquisição de serviços para a criação do Modelo Único de Saúde e a alocação de 35 milhões de euros até 2028 para o ordenamento da baía de São Roque do Pico.

O Conselho do Governo, reunido no dia 28 de setembro na vila da Madalena, na ilha do Pico, no último dia da visita estatutária, decidiu “contratar, mediante concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, a aquisição de serviços destinados ao desenvolvimento e implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores”.

Na leitura do comunicado do Conselho do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), o secretário Regional das Finanças, Planeamento e Ad-

ministração Pública, Duarte Freitas, explicou que aquela decisão decorre da implementação do Hospital Digital dos Açores, previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

“O Modelo Único de Saúde dos Açores será o garante da interoperabilidade digital entre todas as instituições do Serviço Regional Saúde, assegurando o acesso aos resultados integrados do utente, mediante a concessão de um sistema único”, afirmou.

Segundo disse, o Modelo Único de Saúde nos Açores (MUSA) enquadra-se no investimento de cerca de 3,5 milhões de euros previsto no PRR.

“O Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores é uma aposta do

Governo dos Açores como motor de transformação do setor da saúde no arquipélago, por forma a garantir o acesso igual a todos os açorianos aos cuidados de saúde”, vincou.

O Governo açoriano também autorizou a celebração de um contrato-programa entre a região e a empresa pública Portos dos Açores no valor de 35 milhões de euros “destinado a regular a promoção da obra de proteção da orla costeira, do ordenamento da baía e do cais de passageiros do porto de São Roque do Pico”.

“Torna-se necessário proceder à proteção da orla costeira, ordenamento da baía e cais de passageiros do porto de São Roque do Pico através de ações de proteção, estabilização e requalificação da zona costeira,

com vista a aumentar a resiliência”, defendeu o executivo.

O valor do contrato será pago de forma faseada até 2028, acrescentou o secretário regional.

“A obra de proteção da orla costeira, do ordenamento da baía e do cais de passageiros do porto de São Roque do Pico é uma exigência de longa data do município de São Roque do Pico e dos picoenses em geral”, reforçou.

O Conselho do Governo Regional aprovou ainda a resolução que reconhece como de “relevante interesse público” a ampliação do empreendimento turístico “Furnas Lake Forest Living”, localizado na freguesia de Furnas, concelho da Povoação, em São Miguel.

Terceira

DEPUTADOS DO PSD DOS AÇORES ATENTOS A O FORNECIMENTO DE RAÇÕES À LAVOURA

Os deputados do PSD dos Açores Luís Soares e Guilhermina Silva asseguraram estar “atentos aos desafios” que se colocam no âmbito do fornecimento de rações à lavoura da ilha Terceira, na sequência do incidente que ocorreu na fábrica da UNICOL.

“A fábrica de rações da UNICOL existe há cerca de 20 anos e tem vindo a crescer sustentadamente ao longo do tempo, tendo no ano passado atingido uma produção de mais de 50 mil toneladas de ração, pelo que esta situação representa um revés para a cooperativa. O PSD/Açores está atento aos desafios que se colocam neste âmbito e à recuperação da unidade fabril, lembrando que o novo sistema de incentivos pode ser uma oportunidade nessa matéria”, referiu Luís Soares, após uma reunião com a direção da UNICOL.

Neste momento, graças à solidariedade da Terceirense Rações e da Associação Agrícola de São Miguel, a UNICOL “tem conseguido continuar a dar resposta aos produtores, ainda que tal represente um prejuízo para a cooperativa assegurar este funcio-



namento mínimo, com rações estandarizadas para a lavoura”.

“Tomámos boa nota das preocupações da direção da UNICOL com esta situação, dado que é necessá-

rio assegurar as condições mínimas de funcionamento”, assinalou o deputado eleito pela Ilha Terceira.

O fabrico de rações é um dos serviços prestados pela maior cooperati-

va de lacticínios da ilha Terceira, que também assegura a recolha de leite, a comercialização de produtos lácteos, de fatores de produção, equipamentos agrícolas e gasóleo, de gado para abate, assim como presta serviços de assistência veterinária, de inseminação artificial, de reparação de equipamentos agrícolas e aconselhamento agrícola.

Para tal, a UNICOL conta com um quadro de pessoal de cerca de 270 colaboradores e integra e aproximadamente 800 cooperantes, isto é, produtores agrícolas da ilha Terceira e Graciosa.

“Foi muito pela ação da UNICOL que a Terceira e a Graciosa foram as ilhas onde a produção de leite mais cresceu e em que houve menor abandono da atividade por parte dos produtores de leite, pelo que o PSD/Açores está diligente para com aquelas que são as necessidades e reivindicações desta cooperativa”, acrescenta Luís Soares.



GOVERNO DOS AÇORES FINANCIA OBRA DA FRENTE MAR DA RIBEIRA GRANDE



O Governo dos Açores vai celebrar um contrato de 2,6 milhões de euros com a Câmara da Ribeira Grande para a construção da frente mar, cujo valor total vai ser de 4,1 milhões de euros.

“Vamos protocolar um contrato ARAAL que garante, também com acesso a fundos comunitários, através desta colaboração entre Câmara Municipal e o Governo dos Açores, a realização de um sonho há muito reivindicado por parte da Ribeira Grande”, declarou o Presidente do executivo açoriano, José Manuel Bolieiro.

Contratos ARAAL é a designação dada aos contratos firmados entre o Governo Regional e uma autarquia tendo em vista determinado investimento.

O líder do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) falava aos jornalistas à margem da abertura de um curso no polo de Rabo de Peixe da Escola do Mar, na Ribeira Grande.

José Manuel Bolieiro reforçou que a requalificação da orla marítima vai “valorizar a Ribeira da Ribeira Grande”. O apoio de 2,6 milhões de euros da região ao município da costa norte da ilha de São Miguel vai ser realizado de forma faseada nos anos de 2023, 2024 e 2025.

Já o Presidente da Câmara da Ribeira Grande “agradeceu” o apoio do Governo Regional, que vai ser “fundamental” para a concretização daquela “revindicação justa e antiga”.

“Nós neste momento já lançamos

o concurso de 4,1 milhões de euros para uma frente de cerca de 200 metros lineares sobre a última intervenção que fizemos na orla marítima”, destacou

Alexandre Gaudêncio disse que a autarquia espera que a obra fique consignada ainda este ano e concluída no final de 2024

“O restante montante será financiado por capitais próprios do município. Por precaução fizemos um empréstimo bancário que porventura agora não será necessário com este contrato ARAAL”, assinalou o edil.

José Manuel Bolieiro participou na abertura do curso “Pescador Mais”, uma medida “baseada no modelo do programa Reativar” destinada ao setor da pesca.

XIV GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA DEVERÁ TOMAR POSSE NO DIA 17 DE OUTUBRO

O XIV Governo Regional da Madeira, liderado pela coligação PSD/CDS-PP, deverá tomar posse dia 17, indicou o chefe do executivo, Miguel Albuquerque, sublinhando que a estrutura governamental está adaptada aos “novos desafios da conjuntura”.

“A minha estimativa é amanhã [terça-feira] levar os acordos à ratificação da comissão política e do conselho regional [do PSD/Madeira]”, disse Miguel Albuquerque, referindo-se ao acordo de governo com o CDS-PP e ao de incidência parlamentar com o PAN, que garante a maioria absoluta à coligação vencedora das eleições regionais de 24 de setembro.

“Estou a apontar que o Governo tome posse dia 17 [de outubro], é isso que está no meu horizonte neste momento”, adiantou.

A Assembleia Legislativa da Madeira deverá tomar posse seis dias antes, em 11 de outubro.

Miguel Albuquerque, Presidente indigitado do XIV Governo Regional da Madeira, falava após uma reunião com o representante da República para a Madeira, Ireneu Barreto, no Palácio de São Lourenço, no Funchal, a quem entregou formalmente a lista dos membros do novo executivo, que passa de dez para oito secretarias regionais.

De acordo com o resultado oficial das eleições legislativas da Madeira, já publicado em Diário da República, a coligação PSD/CDS-PP, cuja lista foi encabeçada por Miguel Albuquerque, líder dos social-democratas madeirenses e presidente do executivo desde 2015, teve 58.394 votos (44,31%), mas ficou a um deputado da maioria absoluta, elegendo 23



representantes num total de 47 que compõem o parlamento regional.

A composição do Governo Regional da Madeira para o período 2023-2027 foi anunciada na quinta-feira, quatro dias depois do ato eleitoral, e determina a extinção de duas secretarias regionais, a do Mar e Pescas e a do Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, que passam agora para a tutela das secretarias da Economia e da Agricultura, respetivamente.

Em oito titulares, há duas mulheres – Rafael Fernandes (Agricultura e Ambiente) e Ana Sousa (Inclusão Social e Juventude) –, o mesmo número que no atual executivo de dez

secretarias.

“Nós não temos nenhuma obrigatoriedade de fazer a paridade. Temos obrigação de levar em linha de conta a competência e a capacidade de cada um”, afirmou Miguel Albuquerque, adiantando que as alterações no executivo decorrem da “adaptação aos novos desafios da conjuntura”.

“Quando estamos a formar um governo, não estamos a fazer uma opção pessoal, ou de amizade, ou de eleição por este ou por aquele. Temos de fazer uma perspectiva de adaptar o governo àquilo que são os desafios presentes e futuros”, expli-

cou, realçando que “nem tudo corre bem em nenhum governo”.

Por outro lado, Miguel Albuquerque disse querer adequar o executivo à nova dinâmica parlamentar, assente no acordo com o PAN, o que obriga a “maior disponibilidade de diálogo no quadro parlamentar”.

O novo executivo madeirense mantém os titulares das pastas das Finanças (Rogério Gouveia), dos Equipamentos e Infraestruturas (Pedro Fino), do Turismo e Cultura (Eduardo Jesus), da Saúde e Proteção Civil (Pedro Ramos), da Educação e Ciência (Jorge Carvalho) e da Economia (Rui Barreto, do CDS-PP).

Povo Livre

Número 521 • 8 de Agosto de 1984 • Preço 30\$00

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

FERNANDO CORREIA AFONSO

CONTRIBUTO VÁLIDO DOS SOCIAIS-DEMOCRATAS PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE LISBOA

Completadas as entrevistas com sociais-democratas presidentes de Câmaras Municipais, que revelaram o notável esforço de desenvolvimento levado a cabo em mais de cem concelhos do nosso país e constituíram um trabalho ímpar na imprensa portuguesa, «Povo Livre» inicia hoje uma nova série de trabalhos com militantes do Partido que desempenham outros cargos autárquicos.

A abrir esta série ouvimos Fernando Correia Afonso, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e militante da primeira hora. Também deputado à Assembleia da República, o entrevistado de hoje é uma figura social-democrata sobejamente conhecida, tendo assumido responsabilidades a diversos níveis do Partido, desde os órgãos centrais à Secção «D», de Lisboa.

«Povo Livre» — Está satisfeito com o papel que tem desempenhado na condução dos trabalhos da Assembleia Municipal de Lisboa?

Fernando Correia Afonso — É evidente que não estou satisfeito. Além de, por feito, não me sentir normalmente satisfeito com o resultado das tarefas a que me tocam, no caso concreto da Assembleia Municipal de Lisboa, não existem razões para justificar o meu descontentamento.

A Assembleia Municipal de Lisboa tem os seus 138 membros e a maioria social-democrata segue à Assembleia da República. O nível de participação é tão elevado que os deputados da maioria social-democrata não têm tempo para tratar os problemas, e os dois que

me parecem mais importantes: dificuldades de «quorum» para funcionamento e deliberação, e demasiado tempo consumido

Os sociais-democratas estão sempre prontos a defender uma causa justa ou uma solução que lhes pareça certa, sem preocupação de dividendos políticos ou de demagogias fáceis.

no debate e produção das deliberações sobre os assuntos municipais.

A agravar esta situação, que poderíamos resumir como a reduzida eficiência dum Assembleia Municipal, encontramos o facto da maior parte dos seus membros serem verdadeiros

amadores, com superficial conhecimento dos assuntos municipais, insuficiência que procuram compensar com o esforço e dedicação que conseguem retirar às suas vidas profissionais, hoje normalmente difíceis e preocupantes.

Não posso portanto estar satisfeito com a condução dos trabalhos da Assembleia Municipal de Lisboa porque não tenho conseguido dar-lhes o ritmo e o dinamismo que considero indispensável a uma gestão municipal eficaz.

Como consolação restar-me-á registar que, se os trabalhos são lentos, os debates e as deliberações atingem por vezes um nível e uma qualidade que reforçam a imagem do poder local.

Mas nisto não tenho qualquer mérito porque tudo ele pertence aos membros da Assembleia.

«P. L.» — Entende que as forças políticas representadas na Assembleia, nomeadamente os sociais-democratas, têm dado um contributo válido para a resolução dos graves problemas com que a capital se debate?

F. C. A. — Embora de forma diferente, e com perspectivas diversas, as várias forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Lisboa têm procurado dar o seu contributo.

Se essa participação não é por vezes tão positiva como desejaríamos, o defeito está mais no sistema e na preparação dos autarcas do que na diferença ideológica.

Na Assembleia Municipal de Lisboa estão representados o PSD, o CDS, o PS, o PPM, o PC e o MDP/CDE.

O PSD, o CDS e o PPM concorrem em Aliança Democrática.

Na Assembleia Municipal a AD conseguiu maioria absoluta, que ainda mantém, embora na Câmara apenas tivesse alcançado maioria relativa.

De acordo com o proto-



CDS e PPM, tem a maioria absoluta em Lisboa, a nível do poder local, na Assembleia Municipal.

O PS/PSD, também em coligação, têm a maioria absoluta no Poder Central, na Assembleia da República.

A situação na Assembleia Municipal tem-se traduzido assim, naturalmente, num empenhamento e colaboração entre os partidos democráticos, intensificando o que já acontecia no triénio anterior.

Este espírito construtivo vivido pelo PSD, CDS, PS

mas também o cumprimento rigoroso das regras do jogo democrático.

Se é indispensável o respeito dos direitos de cada um, é também necessário acatar a autoridade do presidente, que só poderá conquistá-la se souber colocar-se funcionalmente num ponto politicamente equidistante dos diversos partidos representados.

Tenho procurado que a minha autoridade como presidente da Assembleia Municipal de Lisboa decorra naturalmente desse posicionamento, sem fugir à

A situação na Assembleia Municipal tem-se traduzido, naturalmente, num empenhamento e colaboração entre os partidos democráticos

autárquicas foi dissolvida a Assembleia da República, tiveram lugar novas eleições legislativas e processou-se a coligação PS/PSD, com incidência governamental.

A situação vivida na Assembleia Municipal de Lisboa é assim muito curiosa e positiva:

A AD, coligando o PSD,

e PPM, altamente positivo, teve como consequência um agudizar da oposição política da APU, que tem por vezes procurado criar dificuldades à própria condução dos trabalhos.

Para participar numa assembleia política democrática, com elevado número de membros, é indispensável não só o conhecimento

firmeza das minhas decisões, à clareza dos meus confrontos e à convicção do meu ideário social-democrata.

Só os membros da Assembleia Municipal de Lisboa, que não eu, poderão no entanto dizer do bom

Continua na pág. 12

BOLSAS DE FORMAÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS E CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

Concedidas bolsas de formação aos alunos que frequentem estágios de ensino técnico-profissional, ou profissional. Dada a sua qualidade de alunos do ensino oficial, que mantêm, os estagiários têm assegurados todos os benefícios de que sejam titulares nessa condição

(LEIA PÁGINA 2)

EDIÇÃO N.º 521 do "Povo Livre" | de 8 de agosto de 1984.

"Fernando Correia Afonso: Contributo válido dos sociais-democratas para a resolução dos problemas de Lisboa".

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO

TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Outubro (segunda-feira) de 2023, pelas 21H00, na Casa Municipal da Cultura de Coimbra, sita, Rua Pedro Monteiro, em Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Processo de Revisão Estatutária;
 2. Informações e análise da situação política.
- É convidado desta Assembleia Distrital o Dr. Miguel Pinto Luz, Vice-Presidente da CPN.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa do Distrito de Leiria, para reunir nas respetivas Secções de inscrição: Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrogão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós, no dia 11 de Novembro (sábado) de 2023, pelas 15H00 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais
1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
 2. Eleição da Comissão Política Distrital;
 3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
 4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
 5. Delegados de Secção à Assembleia Distrital.
- Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, em Leiria, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira) dia 8 de Novembro.

A Sede encontra-se aberta para o efeito das 22H00 até às 24H00.

As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na Sede respetiva, ao Presidente da mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do dia 8 de Novembro de 2023. Locais de Votação e Entrega de Listas de Candidatos a Delegados de Secção:

ALCOBAÇA: Sede do PSD-Rua Eng. Joaquim Vieira da Natividade, Bloco D.

ALVAIÁZERE: Sede do PSD-Rua D. João I.

ANSIÃO: Sede do PSD-Av. Dr. Vítor Faveiro.

BATALHA: Sede do PSD-Rua Filipa de Lencastre.

BOMBARRAL: Rua Manuel de Lima de Souto, nº 10 R/c Dto.

CALDAS DA RAINHA: Sede do PSD-Praça 5 de Outubro.

CASTANHEIRA DE PÊRA: Rua Dr. Bissaya Barreto, nº 2.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS: Sede do PSD-Rua Dr.

Manuel Simões Barreiros.

LEIRIA: Sede do PSD-Rua Dr. José Jardim, nº 32.

Marinha Grande: Sede do PSD-Av. 1º de Maio.

NAZARÉ: Travessa do Forno, nº 1.

ÓBIDOS: Espaço O de Óbidos.

PEDRÓGÃO GRANDE: Sede do PSD-Largo da Restauração.

PENICHE: Sede do PSD-Rua Alexandre Herculano.

POMBAL: Sede do PSD-Rua Dr. Luis Torres.

PORTRO DE MÓS: Sede do PSD-Rua Padre Manuel Espírito Santo.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se companheiro(a) para uma Assembleia Distrital do PSD a realizar no próximo dia 27 de outubro de 2023 (sexta-feira) pelas 20H30 na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, 17 em Portalegre com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da Situação Política;
2. Outros Assuntos.

SECÇÕES

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes do concelho de Alvaiázere, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 11 de novembro do corrente (Sábado), pelas 15H00, na Sede concelhia sita em Estrada Nossa Senhora dos Covões, nº 1, em Alvaiázere, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único - Eleição dos órgãos concelhios do PSD de Alvaiázere,
1. Mesa da Assembleia da Secção;
 2. Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00;

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Leiria, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na morada supracitada.

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia de Secção, dia 9 de Dezembro (sábado) de 2023, pelas 14H00, na Sede do PSD de Ansião, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, 27 1º Esq., na Vila de Ansião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.
1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
 2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 14H00 e as 17H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD de Ansião.

A Sede concelhia encontra-se aberta para o efeito das 22H00 até às 24H00.

CASTANHEIRA DE PÊRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes do concelho de Castanheira de Pêra, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 11 de novembro do corrente (Sábado), pelas 15H00, no número 2 da Rua Dr. Bissaya Barreto, em Castanheira de Pêra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição dos órgãos concelhios do PSD de Castanheira de Pêra.

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Leiria, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na morada supracitada.

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos do disposto pelo artº 54º, convoca-se os militantes da Secção de Castelo Branco, para reunir em Assembleia de Secção ordinária, no próximo dia 16 de Outubro (segunda-feira) de 2023, pelas 20H30, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua Prior de Vasconcelos, nº 34, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política,
2. Outros assuntos.

Nos termos do disposto pelo artº 69º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar a presença de mais de metade dos militantes da Secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes

BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Beja, a reunir no dia 19 de Outubro (5.ª feira), pelas 21H00, na Sede Distrital do PSD, sita na Praça da República nº 17,-Beja com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Balanço da atividade da Comissão Política da Secção;
2. Análise da situação política;

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Cartaxo, para reunir, no próximo dia 13 de Outubro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00 na Sede do PSD do Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, nº 1, 1º Dto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

COVILHÃ

Nos termos do art.º 54 dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã para reunir no próximo dia 13 de Outubro (sexta-feira), de 2023, pelas 21H00, na Sala da Assembleia de Freguesia na Sede da União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, sita no Largo das Moitinhas, Teixoso, na freguesia do Teixoso, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Elvas do PSD, para a Assembleia da Secção a realizar no próximo dia 19 de Outubro (quinta-feira) de 2023, pelas 18H00, na Sede Concelhia do PSD, situada na Rua da Cadeia, nº 34 C, 1º em Elvas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação da nova Comissão Política e respetivo programa de mandato;
2. Análise da situação política do concelho;
3. Análise da situação política nacional;
4. Ponto da situação política e desenvolvimento da JSD de Elvas;
5. Outros assuntos de interesse.

MAIA

Convoca-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 24 de Outubro (terça-feira) de 2023, com início às 21H00, Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987 – Cidade da Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Diversos.

ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes do concelho de Óbidos, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 11 de Novembro do corrente (Sábado), pelas 15H00, no Espaço O,

em Óbidos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único - Eleição dos órgãos concelhios do PSD de Óbidos.

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Leiria, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na morada supracitada.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes da Secção de Sesimbra do PSD, para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 17 de Outubro (terça-feira) de 2023, pelas 20H30, na Sede da Secção de Sesimbra, sita na Rua da República, 20-1ª Esq., Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ao abrigo do Alínea e) do nº2 do art.º 53 dos Estatutos do PSD apresentação e votação da lista proposta pela Comissão Política de Secção para preenchimento das vagas ocorridas na mesma.

2. Análise da situação política autárquica e nacional

Notas: Alínea e) do nº2 do art.º 53 dos Estatutos do PSD.

Compete à Assembleia de Secção eleger o substituto de qualquer dos titulares da Comissão Política no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, sob proposta do respetivo órgão. Só poderão votar no ponto os militantes com capacidade eleitoral e com as quotas pagas no dia da Assembleia (art.º 9 do Regulamento eleitoral)

Se na hora prevista não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes

TROFA

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos, convoca-se a Assembleia da Secção da Trofa a reunir em sessão ordinária no próximo dia 11 de Outubro de 2023 (quarta-feira), pelas 21H00, no Auditório Trofa XXI, sita na Rua Padre Joaquim A. Pedrosa, Trofa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise da situação política
3. Outros assuntos

Sem outro assunto de momento e com as melhores saudações social-democratas,

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 21 de Outubro (sábado) de 2023, no Auditório da Fundação Castro Alves, sita na Rua Comendador Castro Alves, nº 391-Bairro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 26 de Outubro 2023 (quinta-feira), pelas 20H30, na Sede do PSD, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. 41º Congresso do PSD – discussão da proposta de alteração estatutária;
2. Plano e Orçamento Municipal 2024 – discussão de opções políticas a seguir pelo partido;
3. Análise da situação política;
4. Outros Assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO

SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |

Email: jsdnacional@gmail.com

I CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital do mandato 2023-2025 para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2023 (sábado), pelas 17h00m, na seguinte morada: Estrada da Beira, n.º 17, Entroncamento, Vila Nova de Poiares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da situação política.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da concelhia de Cantanhede para o Plenário ordinário a realizar no dia 14 de outubro de 2023, na sede do PSD Cantanhede, Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio – 2º andar – Sala 1, 3060/133 Cantanhede, pelas 18h com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação de atividades/discussão;
- 2 – Apresentação da análise à atividade autárquica;
- 3 – Informações genéricas da Comissão Política (quotas e documentação).

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD Espinho para reunir no dia 11 de novembro (sábado), pelas 10.30 horas, na sede do PSD Espinho, na Rua 23, n.º 445, 3º andar, sala B, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Espinho.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 10.30 horas e as 12.30 horas.

As listas deverão ser entregues, via e-mail para: jsdespinho@hotmail.com, à Presidente da Mesa do Plenário da concelhia de Espinho ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23.59h do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Mangualde para reunir, no próximo dia 21 de outubro de 2023, com início pelas 16h00, no Hotel Cruz da Mata, sito no Lugar de Cruz da Mata, 3530-114 Mangualde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do plano de atividades;
- 2 – Outros assuntos.



CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Estatutos convoco a Assembleia Distrital dos TSD de Setúbal para reunir no próximo **dia 27 de Outubro de 2023, sexta-feira**, pelas **21H00**, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Santa Maria, n° 18, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Provação, sob proposta Secretariado Distrital, dos elementos dos TSD a integrarem as Comissões Políticas de Secção como representantes dos TSD;
3. Análise da situação politico/laboral.

Setúbal, 2 de Outubro de 2023.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'José Joaquim Rosário', is written over a faint, light-colored watermark of the same signature.

José Joaquim Rosário